

ATA 17/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1
2 Aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e dois, reuniu-se a Plenária,
3 ordinariamente, às dezenove horas, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de
4 Porto Alegre, para deliberar sobre a seguinte pauta: **1) Leitura e aprovação da ata nº**
5 **16/02; 2) Informes; 3) IPTU Progressivo.** Coordenador, Dr. Humberto Scorza, inicia
6 convidando os participantes a se apresentarem. **Conselheiros presentes:** Maria Luiza
7 Dreher, Darcy Vilanova de Azevedo, Nauro José Aguiar da Silva, Riograndino de Oliveira,
8 Erani Prado, Luis Carlos da Silva Alves, Darcy Dias, Janete Mengue da Silva, Neuza
9 Selma Heinzemann, Osmar Maschio, Salimen Grigolo, Cecília Nunes Pedroso, Zilda de
10 Moraes Martins, Maria Ivone Dill, Maria Encarnacion Ortega, Regina Lender, Eva Roseli
11 dos Santos, Ana Cirne, Gema Conte Piccinini, Elvio Alexandre da Costa Sobrinho, André
12 Gonzáles, Antônio Ricardo Tolla da Silva, Antônia da Silva, Marne Antunes da
13 Porciúncula, Jairo Tessari, Reny Bigolin e Joaquim Kliemann. **Conselheiros que**
14 **justificaram suas ausências:** Nei Carvalho, Maria José Nascimento Silva, Ronald Selle
15 Wolff, Ione Nichele, Tânia Merque, Rosa Harzheim, Paula Andréia Fiori e Irineu Grimberg.
16 **Não Conselheiros:** Carlos Alberto Maidana Schaurich, Susana Vianna Jardim, Gisele
17 Baldez Piccoli, Adriane da Silva, Valmir Labatut Rosa, Simone Setúbal, Angela Groff
18 Nuñez, Maristela do Carmo, Jussara Martins, Mirtha Sendic, Aline Custódio, Ricardo
19 Collar, Jane Pilar, Tânia Faillace, Nina Rosa de Britto Araújo, Maria Lúcia Baldasso, Maria
20 Letícia de Oliveira Garcia, Denise Girardi, Rosane Panato, Cíntia Castro Preuss, Carlos
21 Alberto Melotto, Silvia Martins, Olir Citolin, Rossana Almeida Rocha, Maria Laura Xavier,
22 José Rutikoski e Lenita Dias Parisotto. **1) Leitura e aprovação da ata nº 16/02:**
23 Conselheira Ana Cirne faz a leitura da ata da plenária anterior, que ficará redigida com as
24 seguintes alterações: Conselheiro Riograndino de Oliveira, alínea 34 "US Jardim da
25 Palmeiras", "Sra. Lenita, alínea 49", "dia 09.09". Após as correções a ata foi aprovada
26 com 17 votos a favor e 4 abstenções. Coordenador Humberto Scorza traz dois retornos:
27 ontem, 04.09, esteve na posse da Conselheira Ione Nichele, como nossa representante
28 no COMAM; Conselho de Saúde e Meio Ambiente; foi enviada carta-convite ao
29 Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores, para
30 participarem dessa reunião, mas ainda não chegaram. Comunica que a Secretária
31 Executiva, Enfa. Lília Daleiro, se encontra hospitalizada; avisa que na entrada da sala
32 encontra-se à disposição uma urna para quem quiser votar sobre a ALCA - Área de Livre
33 Comércio das Américas; o Grito dos Excluídos, chamado por várias instituições,
34 acontecerá dia 07.09, concentração às 9h no Largo Glênio Peres e desfile na Av.
35 Perimetral. A seguir Sra. Jane Pilar informa como está a organização dos cursos de
36 Capacitação Ampliada dos Conselheiros. Cada CLS levou 20 fichas de inscrição e com os
37 dados delas foram organizadas as turmas. Há 4 turmas previstas para iniciar em POA.
38 Duas amanhã com abertura aqui na SMS, que terão aulas no final de semana, uma
39 terceira turma à noite, de 09 a 12 e de 16 a 19 de setembro de 2002. A quarta turma é a
40 que fez opção por Sábado e Domingo e será em outubro, 12 e 13; 19 e 20. A meta em
41 POA são de 6 turmas. Quem não se inscreveu ainda poderá fazê-lo. Pensa-se em
42 descentralizar os cursos, para as turmas que estão se formando. Lomba e Partenon,
43 Centro Sul. É preciso compatibilizar horários. Estamos chamando uma turma do CMS e
44 outra da Temática de Saúde e Assistência Social do OP, incluindo a Temática de Lazer,
45 Esporte e a Educação. Estão convidando para a abertura, amanhã, 18h30min, neste
46 Auditório. A seguir, Gerente Distrital Denise Girardi convida a todos para reunião da CLS
47 Centro, onde haverá palestra sobre "Cartão SUS", dia 24.09, às 19h. Avisa que as
48 reuniões são sempre na 4ª terça-feira do mês no Auditório da SMS, às 19h. Coordenador
49 Humberto Scorza lê os seguintes convites e documentos: 1) Coordenadoria Regional de
50 Saúde convida para a 9ª Plenária dos Conselhos de Saúde, em 11, 12 e 13 de outubro de
51 2002 e diz que oportunamente virá o regimento; Caderno de Ética e Pesquisa, do CNS -
52 Conselho Nacional de Saúde está à disposição na sala do CMS; PUC organiza curso para

53 capacitação em dependência química, mês de outubro, fone 33203680/33205343 na Pró-
54 Reitoria de Extensão; PEMSE - Conclusão do Processo de Municipalização e Execução
55 de Medidas sócio Educativas em meio aberto da FASC, acontece amanhã, de 9 às 14h,
56 no Auditório do CAERGS. Coordenador Humberto Scorza coloca tempo à disposição para
57 informes ou esclarecimentos: Conselheiro Salimen quer saber sobre o passe gratuito no
58 Transporte Coletivo, o porque os usuários deficiente físicos que procuram diretamente a
59 EPTC não conseguem encaminhar os documentos para fazer a carteira do passe. Foi
60 esclarecido que o critério defendido pelas ONGS é de que o benefício seria dado a quem
61 fosse soropositivo e estivesse em tratamento e que o benefício seria encaminhado
62 através daí. O fluxo determinado pela Lei é normal. Esclarecendo a plenária foi dito que o
63 portador necessariamente não é doente. É diferente ser portador e estar com a doença.
64 Na discussão que aconteceu com as ONGS foi encaminhado que serão beneficiadas as
65 pessoas, a partir do começo do tratamento. "É um modo de restaurar a dignidade do
66 portador". Seguem os convites: Conselho Regional dos Nutricionistas convida para a
67 Tele-Conferência sobre "Inserção do Nutricionista no PSF" dia 09.09.02, na FIERGS, sala
68 D2 209 e 210, Av. Assis Brasil 8787, das 16 às 18h; Comitê Porto Alegre Cidade protetora
69 da Vida, dentro daqueles objetivos que são: juntar esforços e grupos que se preocupam
70 em diminuir os índices de violência, convite para 13 e 14 de setembro, na Fundação Pão
71 dos Pobres, para o Seminário Qualidade de Vida e Saúde, acidentes na Infância e
72 Adolescência. Dr. Joaquim Kliemann, Secretário de Saúde, reafirma a importância do
73 Comitê, a preocupação em cuidar da saúde em geral. Porto Alegre é a 1ª cidade brasileira
74 a participar deste movimento que é mundial. A Prefeitura é apenas catalisadora. Todos os
75 interessados em contribuir para isto são bem vindos. A seguir Suzana Jardim,
76 Coordenadora da SETEC/CMS lê o pareceres 10 e 11. Parecer nº10 sobre Saúde
77 Solidária do Instituto de Cardiologia: " A Secretaria Técnica – SETEC, reuniu-se
78 ordinariamente em 12.08.02, analisou os Relatórios do Projeto Saúde Solidária da
79 Fundação Universitária de Cardiologia/Instituto de Cardiologia, referentes aos meses de
80 abril a junho de 2002.Em relação a procedência dos pacientes, consta nos Relatórios o
81 quantitativo e o demonstrativo de procedimentos cirúrgicos/gineco-obstétricos e Sistemas
82 de Referência/Contra-Referência, não havendo variação significativa. Quanto a aplicação
83 dos recursos observou-se, que estes foram aplicados no mês de junho em: Pessoal -
84 R\$18.472,72; Encargos Sociais + impostos (INSS, FGTS, etc.) - R\$8.646,11;
85 Medicamentos - R\$3.363,43; Outros insumos hospitalares - R\$16.806,13 Material de
86 expediente - R\$478,56; Despesas permanentes (água, luz, etc.) - R\$3.384,75; Serviços
87 de terceiros (Pessoa Física) - R\$2.111,22; Serviços de terceiros (Pessoa Jurídica) -
88 R\$3.898,41, Total - R\$57.164,33. Observou-se que os Relatórios estão de acordo com o
89 modelo padronizado pela Secretaria de Saúde do Estado, portanto a SETEC recomenda
90 à Plenária a aprovação dos mesmos". Este parecer foi aprovado com 18 a favor e 3
91 abstenções; em seguida lê o Parecer nº11 sobre o Projeto de Campanha de Prevenção
92 de DST-HIV-Aids / Plano de Aplicação de Recursos da Municipalização Solidária da
93 Fração Promoção à Saúde e Prevenção às DST's/Aids: " A SETEC, reunida em 03/9/2002
94 analisou O Projeto de Campanha de Prevenção de DST-HIV-Aids / Plano de Aplicação de
95 recursos da Municipalização Solidária da Fração Promoção à Saúde e Prevenção às
96 DST's/Aids que já fora apreciado pelo Conselho. Considerando a relevância das ações de
97 promoção e que segundo a ONU, mais da metade dos novos casos de Aids, ocorrem com
98 jovens, sendo as mulheres a maioria dentre eles; Considerando que a 15 anos a
99 proporção de homens infectados para cada mulher era de 16 para 1 e atualmente é de 2
100 para 1; Considerando que em 1986, 60% dos indivíduos infectados tinham nível médio ou
101 superior de instrução e hoje (dados 199/2000) o quadro é bem diferente, com 74% dos
102 casos de Aids, ocorrendo em pessoas analfabetas ou com até 08 anos de escolaridade .
103 E que 67% das mulheres soropositivos tem apenas o nível fundamental; Considerando
104 que 52% dos brasileiros (as) usuários de drogas injetáveis são portadores do vírus da

105 Aids; Considerando que no Brasil há mais de 700 mil caminhoneiros de carga
106 intermunicipal, e que de um modo geral, estes raramente acessam os serviços de saúde ,
107 tornando-os uma população vulnerável; Considerando que o objetivo da Campanha, visa
108 atingir especialmente a população aqui mencionada, sendo que o valor previsto para a
109 mesma é de R\$60.000,00. A SETEC é de parecer favorável ao Projeto". Este parecer foi
110 aprovado com 19 votos a favor e 1 abstenção. A seguir o ponto de pauta, o Secretário
111 Ricardo Collar agradece o convite feito ao Prefeito que fez com que ele tivesse
112 oportunidade de retornar ao CMS, pelo qual tem especial carinho, Conselho que serviu e
113 serve de exemplo para o Brasil todo em Controle Social. Afirma que o Tema
114 financiamento sempre foi pauta nas Conferências Nacionais, Estaduais ou Municipais.
115 Sempre se discutiu recursos humanos, gerenciamento. As ações não saem do nada, não
116 se auto financiam. É um serviço público, precisa ter verbas designadas para desenvolver
117 suas políticas, 13% para a saúde. Procuramos organizar o recolhimento tributário - IPTU -
118 ISSQN - ITBI mais os repasses do Governo do Estado, repasse do Governo da união, em
119 torno de 1 milhão de reais. O projeto do IPTU não encontrou respaldo e foi retirado, mas
120 está se estudando a possibilidade de encaminhar à Câmara um projeto de atualização. A
121 planta de valores da cidade está desatualizado, em torno de 20 a 30% do valor de
122 mercado do imóvel. O cálculo do IPTU é feito em cima do valor do imóvel, que no
123 momento está muito baixo. Por outro lado, a repartição dos tributos no Brasil deveria
124 merecer a preocupação da Lei, é desigual. 14,1% ficam no Município, 23,6% nos Estados
125 e 62,3% com a União. Progressivamente os municípios assumem responsabilidades, mas
126 não são feito repasses. Fica a obrigação de fazer sem meios de executar. Para sanar um
127 pouco esta situação procura-se cobrar impostos devidos e não pagos, combater a
128 sonegação e intensificar a fiscalização. Pensa-se em fazer justiça tributária, cobrando
129 mais de quem tem mais. Em todas as Secretarias há um esforço de gastar menos com o
130 custeio para disponibilizar mais recursos para investimentos. Incentiva-se uma
131 organização interna de cada Secretaria para custar menos à prefeitura. O importante é o
132 fortalecimento da Instituição. Não interessa a partido nenhum Ter uma estrutura fraca,
133 desmantelada que não atenda às necessidades da população. Temos que combinar o
134 uso de verbas internas com recursos próprios, ter uma base de arrecadação que
135 possibilite ações políticas necessárias à população. Coordenador Humberto Scorza, abre
136 para perguntas, esclarecimentos ou considerações e inscreveram-se: Sra. Tânia Faillace,
137 lembrou que no Governo Figueiredo foi proposto o IPTU Progressivo com o objetivo de
138 favorecer a ocupação dos imóveis urbanos e que na época, com Dr. Collares na
139 Prefeitura, foi constatado que Maurício Sirotsky e as Máquinas Condor eram os maiores
140 devedores do IPTU na cidade, nunca tendo pago estes impostos nos 20 anos anteriores.
141 Conselheiro Osmar Maschio diz estar surpreendido por não ver nenhum vereador da
142 COSMAM participando desta discussão. A maioria dos Vereadores votam sempre contra
143 a readequação do IPTU e pensava que algum viria para discutir. Lembra que o CPMF foi
144 criado para dar verbas para a saúde e não é repassado ao Estado. Conselheiro Salimem
145 Grigolo questiona que a Prefeitura publica seu relatório no seu Diário Oficial com valores
146 expressivos: 137 milhões. Quer saber como isto é disponibilizado e sobre a Casa
147 Harmonia que tem 366 mil, mais 360 mil depositados e não aplicados. Porque este
148 dinheiro fica depositado rendendo. Sr. Valmir Labatut Rosa comenta que não cabe
149 anistias. Não é justo para quem paga sempre. O IPTU progressivo precisa ser bem
150 analisado. Se é 30% do valor de mercado precisa mudar algo. Quando Adib Jatene lutou
151 para criar o CPMF era para aplicar na saúde. E nunca foi. Coordenador Humberto Scorza:
152 O que significa o IPTU Progressivo? O que significa aumentar 30, 50 ou 100%. Os
153 Vereadores sempre se ausentam, nunca comparecem para discutir com a Comunidade,
154 nem às Prestações de Contas da SMS. Respondendo, Secretário Ricardo Collar diz que a
155 sonegação de Impostos está na pauta da Prefeitura, cuida-se disto, da mesma forma que
156 se fiscaliza as áreas deixadas para valorização, a questão da dívida pública e a função

157 social de propriedade. O valor venal é uma média. Quando há áreas que valorizam mais e
158 outras menos há uma oscilação no valor do imóvel, que precisa ser atualizado em Porto
159 Alegre e para isto é preciso Lei da Câmara. Sobre a disponibilidade de caixa, há um
160 esforço enorme para manter o dinheiro no caixa e utilizá-lo bem, à medida que as obras
161 do O.P. estejam se realizando. Está guardado, aplicado à espera das obras que estão
162 sendo licitadas, aguardando início. Quanto aos inadimplentes, não haverá anistia, 40.000
163 ações tramitam. Pensa-se em criar uma instância de julgamento administrativo que seja
164 ágil. Para quem diz que o IPTU é caro, comparamos com o IPVA ou com o condomínio do
165 prédio que moramos. As pessoas pagam de forma antecipada, é uma arrecadação
166 sazonal, nos primeiros meses do ano e é um caixa que a Prefeitura tem e que reservado
167 para despesas ao longo do ano. O DEMAÉ, por exemplo, tem arrecadação mensal. Sr.
168 Valmir Labatut Rosa complementa lembrando, que pela Lei, para licitar uma obra precisa
169 ter cobertura financeira, isto é, dinheiro no caixa. Numa nova rodada de questionamentos,
170 Sr. Darcy de Azevedo pergunta como fica o IPTU de aposentados que ganham pouco,
171 que ao comprarem o imóvel ganhavam mais, este valorizou e o salário caiu. Conselheiro
172 Osmar Maschio, questiona qual a possibilidade de usar áreas vazias (ex. Máquinas
173 Condor) para moradias e não Shoppings e Conselheira M^a Encarnacion Ortega adianta
174 que esta área, ao longo da 3^a Perimetral será um Shopping. Respondendo Secretário
175 Ricardo diz que há casos de isenção quando o proprietário recebe 3 salários mínimos,
176 possui apenas 1 imóvel e este é usado para moradia. Finalizando a discussão,
177 Coordenador Humberto Scorza avalia que foram bons os esclarecimentos, para não
178 sermos usados com Inocente-úteis de discursos interesseiros. Secretário Ricardo Collar
179 agradece o convite feito à Prefeitura e se coloca à disposição sempre. Ainda o
180 Coordenador Humberto Scorza convida para o Ato de Instalação da Mesa Curadora do
181 Hospital Pronto Socorro, representação da sociedade que se agrega ao Hospital em
182 busca de melhorias, que será dia 10.09, no Teatro Renascença, às 19 horas. Nada mais
183 havendo a tratar a reunião foi encerrada às 9h e 10 min.

184
185
186 Humberto José Scorza
187 Coordenador do CMS/POA

Lenita Dias Parisotto
Secretaria Executiva

188 Após correções, esta ata foi aprovada na reunião do plenário de 19/09/2002.